

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026 - EDITAL 3



# BRAGANÇA PAULISTA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA - SÃO PAULO

## ENFERMEIRO JÚNIOR

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Informática
- ▶ SUS e Políticas de Saúde
- ▶ Conhecimentos Específicos

**BÔNUS**  
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



# **AVISO IMPORTANTE:** **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

## **POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?**



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:  
Acesse agora: [www.apostilasopcao.com.br](http://www.apostilasopcao.com.br)

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

**Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.**





# **BRAGANÇA PAULISTA - SP**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
PAULISTA - SÃO PAULO**

**ENFERMEIRO JÚNIOR**

EDITAL N° 01/2026 - EDITAL 3

CÓD: OP-057MA-26  
7908403593590

## Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos verbais; identificação de informações explícitas e implícitas; tema, finalidade, ideia central e ideias secundárias do texto .....	7
2. Relações de sentido entre palavras, expressões, frases e parágrafos; inferência de sentidos a partir do contexto; Sentido de palavras e expressões no contexto; sinonímia, antonímia, denotação e conotação em situações de uso.....	7
3. Coesão e coerência textual .....	8
4. Recursos de referência, substituição e retomada de ideias no texto .....	9
5. Efeitos de sentido produzidos pela pontuação .....	9
6. Emprego das classes de palavras na construção do sentido do texto .....	11
7. Concordância verbal e nominal em situações contextualizadas.....	17
8. Regência verbal e nominal em situações contextualizadas .....	21
9. Emprego da crase em situações contextualizadas.....	25
10. Emprego e colocação de pronomes na construção textual .....	26
11. Reescrita de frases e trechos, com manutenção do sentido original; adequação da linguagem à finalidade do texto e à situação comunicativa .....	27

## Matemática e Raciocínio lógico

1. Operações com números naturais, inteiros, racionais e decimais; frações, números decimais .....	37
2. Porcentagens .....	44
3. Razão e proporção .....	45
4. Regra de três simples.....	47
5. Média aritmética simples .....	48
6. Leitura e interpretação de tabelas e gráficos.....	48
7. Unidades de medida de comprimento, área, volume, massa, capacidade e tempo .....	52
8. Resolução de situações-problema .....	54
9. Sequências, padrões .....	57
10. Relações lógicas .....	58
11. Proposições simples.....	61
12. Raciocínio lógico aplicado a situações do cotidiano .....	65

## Informática

1. Noções de sistema operacional Windows; área de trabalho, janelas, pastas, arquivos, atalhos e organização de documentos digitais.....	71
2. Editor de textos: criação, edição, formatação, tabelas, impressão e salvamento de documentos.....	74
3. Planilhas eletrônicas: células, linhas, colunas, formatação, fórmulas simples, funções básicas, gráficos e organização de dados .....	87
4. Navegação na internet; pesquisa de informações .....	102
5. Correio eletrônico: envio, recebimento, anexos e organização de mensagens .....	110
6. Arquivos em PDF.....	111
7. Armazenamento em nuvem .....	111
8. Noções de segurança da informação; senhas, vírus, golpes digitais, proteção de dados e uso responsável de recursos digitais no ambiente de trabalho .....	112

## SUS e Políticas de Saúde

1. Saúde como direito social e dever do Estado .....	119
2. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde — SUS; universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização, hierarquização e participação social; organização, direção e gestão do SUS .....	122
3. Ações e serviços públicos de saúde; redes de atenção à saúde; atenção primária à saúde; vigilância em saúde; promoção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde; educação em saúde; humanização do atendimento; trabalho em equipe multiprofissional; planejamento, controle, avaliação e regulação em saúde .....	129
4. Participação da comunidade e controle social; financiamento e responsabilidade dos entes federativos .....	133
5. Constituição Federal, artigos 196 a 200 .....	136
6. Lei nº 8.080/1990 .....	137
7. Lei nº 8.142/1990 .....	149
8. Decreto nº 7.508/2011 .....	150
9. Lei Complementar nº 141/2012 .....	154

## Conhecimentos Específicos Enfermeiro Júnior

1. Ética e legislação profissional de enfermagem. Resolução COFEN nº 564/2017 — Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.....	165
2. Exercício profissional da enfermagem. Lei nº 7.498/1986; Decreto nº 94.406/1987.....	173
3. Processo de Enfermagem .....	181
4. Consulta de enfermagem.....	182
5. Planejamento, organização, execução, supervisão e avaliação da assistência de enfermagem .....	185
6. Cuidados de enfermagem nos diferentes ciclos de vida. saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e da pessoa idosa .....	188
7. Assistência de enfermagem na atenção primária, ambulatorial e hospitalar.....	191
8. Saúde coletiva e programas de saúde pública .....	195
9. Educação em saúde .....	198
10. Vigilância em saúde .....	201
11. Imunização e rede de frio .....	203
12. Administração de medicamentos .....	209
13. Segurança do paciente.....	215
14. Prevenção e controle de infecções; biossegurança .....	220
15. Urgência e emergência .....	226
16. Curativos, sondas, drenos e cateteres .....	228
17. Registros de enfermagem .....	236
18. Liderança, supervisão e capacitação da equipe de enfermagem .....	238
19. Resolução COFEN nº 736/2024.....	241

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS; IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS; TEMA, FINALIDADE, IDEIA CENTRAL E IDEIAS SECUNDÁRIAS DO TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

### Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- **Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto:** dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- **Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam compreensão do texto aparecem com as seguintes expressões:** o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

## RELAÇÕES DE SENTIDO ENTRE PALAVRAS, EXPRESSÕES, FRASES E PARÁGRAFOS; INFERÊNCIA DE SENTIDOS A PARTIR DO CONTEXTO; SENTIDO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES NO CONTEXTO; SINONÍMIA, ANTONÍMIA, DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO EM SITUAÇÕES DE USO

Este é um estudo da **semântica**, que pretende classificar os sentidos das palavras, as suas relações de sentido entre si. Conheça as principais relações e suas características:

### ► Sinonímia e antonímia

As palavras **sinônimas** são aquelas que apresentam significado semelhante, estabelecendo relação de proximidade.

*Ex.: inteligente <—> esperto*

Já as palavras **antônimas** são aquelas que apresentam significados opostos, estabelecendo uma relação de contrariedade.

*Ex.: forte <—> fraco*

### ► Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

*Ex.: cumprimento (saudação) X comprimento (extensão); tráfego (trânsito) X tráfico (comércio ilegal).*

As palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes.

*Ex.: rio (verbo "rir") X rio (curso d'água); manga (blusa) X manga (fruta).*

As palavras **homófonas** são aquelas que possuem a mesma pronúncia, mas com escrita e significado diferentes.

*Ex.: cem (numeral) X sem (falta); conserto (arrumar) X concerto (musical).*

As palavras **homógrafas** são aquelas que possuem escrita igual, porém som e significado diferentes.

*Ex.: colher (talher) X colher (verbo); acerto (substantivo) X acerto (verbo).*

### ► Polissemia e monosssemia

As palavras **polissemicas** são aquelas que podem apresentar mais de um significado, a depender do contexto em que ocorre a frase.

*Ex.: cabeça (parte do corpo humano; líder de um grupo).*

Já as palavras **monossêmicas** são aquelas que apresentam apenas um significado.

*Ex.: eneágono (polígono de nove ângulos).*

## AMOSTRA

► **Denotação e conotação**

Palavras com **sentido denotativo** são aquelas que apresentam um sentido objetivo e literal.

*Ex.: Está fazendo frio. / Pé da mulher.*

Palavras com **sentido conotativo** são aquelas que apresentam um sentido simbólico, figurado.

*Ex.: Você me olha com frieza. / Pé da cadeira.*

► **Hiperonímia e hiponímia**

Esta classificação diz respeito às relações hierárquicas de significado entre as palavras.

Desse modo, um **hiperônimo** é a palavra superior, isto é, que tem um sentido mais abrangente.

*Ex.: Fruta é hiperônimo de limão.*

Já o **hipônimo** é a palavra que tem o sentido mais restrito, portanto, inferior, de modo que o hiperônimo engloba o hipônimo.

*Ex.: Limão é hipônimo de fruta.*

**Formas variantes**

São as palavras que permitem mais de uma grafia correta, sem que ocorra mudança no significado.

*Ex.: loiro – louro / enfarte – infarto / gatinhar – engatinhar.*

► **Arcaísmo**

São palavras antigas, que perderam o uso frequente ao longo do tempo, sendo substituídas por outras mais modernas, mas que ainda podem ser utilizadas. No entanto, ainda podem ser bastante encontradas em livros antigos, principalmente.

*Ex.: botica <—> farmácia / franquia <—> sinceridade.*

## COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

► **Coesão**

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos)               <ul style="list-style-type: none"> <li>– anafórica</li> </ul> </li> <li>– Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catafórica</li> <li>– Comparativa (uso de comparações por semelhanças)</li> </ul>	<p>João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto <u>esta</u>: colonização africana. Mais um ano <u>igual</u> aos outros...</p>
SUBSTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Substituição de um termo por outro, para evitar repetição</li> </ul>	<p>Maria está triste. A <u>menina</u> está cansada de ficar em casa.</p>
ELIPSE	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Omissão de um termo</li> </ul>	<p>No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)</p>
CONJUNÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas</li> </ul>	<p>Eu queria ir ao cinema, <u>mas</u> estamos de quarentena.</p>
COESÃO LEXICAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.</li> </ul>	<p>A minha <u>casa</u> é clara. Os <u>quartos</u>, a <u>sala</u> e a <u>cozinha</u> têm janelas grandes.</p>

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

## OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E DECIMAIS; FRAÇÕES, NÚMEROS DECIMAIS

### CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

Os números naturais são utilizados para contar e ordenar elementos. Começando do zero e somando uma unidade sucessivamente, formamos um conjunto infinito:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Em algumas situações, exclui-se o zero do conjunto dos naturais. Esse subconjunto é representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Esse conjunto é fundamental e está presente em diversas situações do cotidiano, como contar objetos, identificar posições e registrar quantidades.

#### ► Sucessor de um Número Natural

Todo número natural possui um sucessor, ou seja, um número que vem imediatamente depois dele na contagem.

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 19 é 20.
- O sucessor de 1000 é 1001.

#### ► Antecessor de um Número Natural

Todo número natural, exceto o zero, possui um antecessor, ou seja, um número que vem imediatamente antes dele.

- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 10 é 9.
- O antecessor de 56 é 55.

#### ► Operações com Números Naturais

- **Adição:** A adição é uma operação fechada no conjunto dos números naturais, ou seja, a soma de dois números naturais é sempre um número natural.

Exemplo:  $3 + 4 = 7$  (e 7 também é natural)

- **Subtração:** A subtração não é uma operação fechada em  $\mathbb{N}$ , pois o resultado pode não pertencer ao conjunto dos naturais, especialmente quando o subtraendo é maior que o minuendo.

Exemplos:

$$7 - 2 = 5 \rightarrow \text{pertence aos naturais}$$

$$2 - 7 = -5 \rightarrow \text{Não pertence aos naturais, pois } -5 \text{ não é natural}$$

- **Multiplicação:** A multiplicação também é fechada em  $\mathbb{N}$ , ou seja, o produto de dois naturais é sempre um natural.

Exemplo:  $4 \times 3 = 12$

- **Divisão:** A divisão nem sempre resulta em um número natural, então não é fechada em  $\mathbb{N}$ .

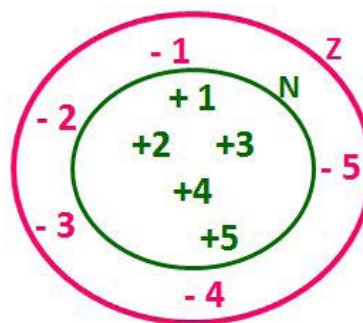
Exemplos:

$$6 \div 3 = 2 \rightarrow \text{pertence aos naturais}$$

$$5 \div 2 = 2,5 \rightarrow \text{Não pertence aos naturais, pois } 2,5 \text{ não é natural}$$

### CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais  $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$  ( $\mathbb{N} \subset \mathbb{Z}$ ); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra  $\mathbb{Z}$ .



$\mathbb{N} \subset \mathbb{Z}$  ( $\mathbb{N}$  está contido em  $\mathbb{Z}$ )

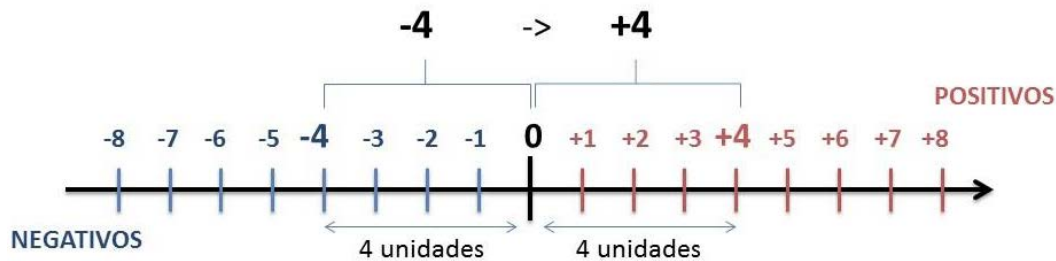
## AMOSTRA

## ► Subconjuntos

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	$Z^*$	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	$Z_+$	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	$Z^*_+$	Conjunto dos números inteiros positivos
-	$Z_-$	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	$Z^*_-$	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por  $| \cdot |$ . O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos:  $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

## ► Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

- **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo: (VUNESP)

Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- 50.
- 45.
- 42.
- 36.
- 32.

# INFORMÁTICA

## NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS; ÁREA DE TRABALHO, JANELAS, PASTAS, ARQUIVOS, ATALHOS E ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

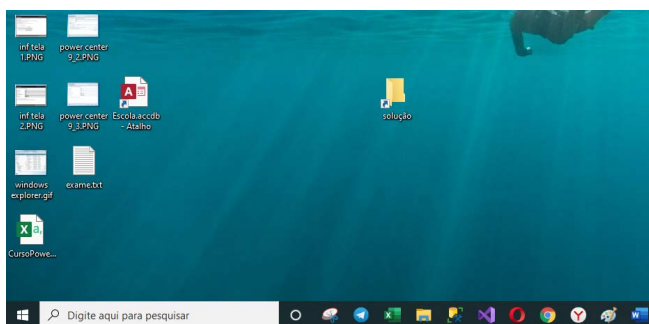
### WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, amplamente utilizado em computadores pessoais, laptops e dispositivos híbridos. Ele oferece uma interface intuitiva e recursos que facilitam a produtividade, o entretenimento e a conectividade.

#### Área de trabalho

A área é o espaço principal de trabalho do sistema, onde você pode acessar atalhos de programas, pastas e arquivos. O plano de fundo pode ser personalizado com imagens ou cores sólidas, e os ícones podem ser organizados conforme sua preferência. Além disso, a barra de tarefas na parte inferior centraliza funções como:

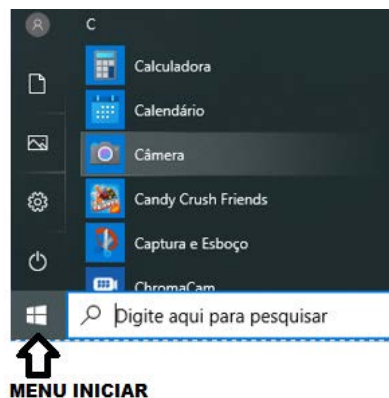
- **Botão Iniciar:** acesso rápido aos aplicativos e configurações.
- **Barra de pesquisa:** facilita a busca de arquivos e aplicativos no sistema.
- **Ícones de aplicativos:** mostram os programas em execução ou fixados.
- **Relógio e notificações:** localizados no canto direito para visualização rápida.



#### Uso dos menus

Os menus no Windows 10 são projetados para facilitar o acesso a diversas funções e aplicativos. Ao clicar no botão Iniciar, você encontrará:

- Uma lista dos programas instalados.
- Atalhos para aplicativos fixados.
- A barra de pesquisa, onde você pode digitar para localizar programas, arquivos e configurações de forma rápida.

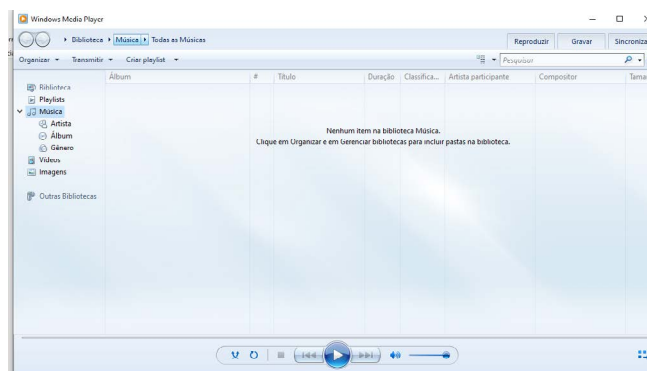


#### Programas e interação com o usuário

Para entender melhor as funções categorizadas no Windows 10, vamos dividir os programas por categorias, explorando as possibilidades que cada um oferece para o usuário.

**Música e Vídeo:** O Windows Media Player é o player nativo do sistema, projetado para reproduzir músicas e vídeos, proporcionando uma experiência multimídia completa. Suas principais funcionalidades incluem:

- **Organização de bibliotecas:** gerencie arquivos de música, fotos e vídeos armazenados no computador.
- **Reprodução de mídia:** toque músicas e vídeos em diversos formatos compatíveis.
- **Criação de playlists:** organize suas músicas em listas personalizadas para diferentes ocasiões.
- **Gravação de CDs:** transfira suas playlists para CDs de maneira prática.
- **Sincronização com dispositivos externos:** conecte dispositivos de armazenamento e transfira sua mídia facilmente.



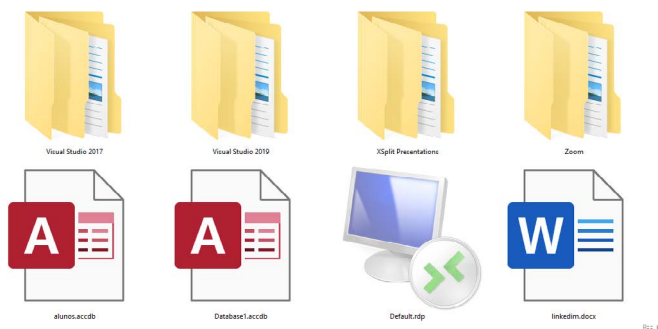
## AMOSTRA

### Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

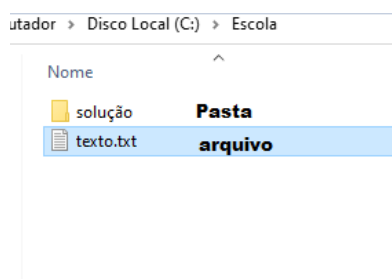


No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

### Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo:** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.
- **Atalho:** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



### Área de transferência

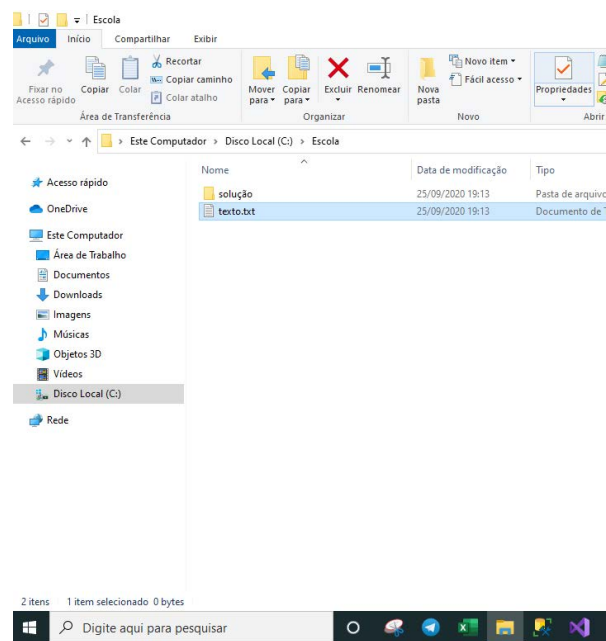
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

- Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

- Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

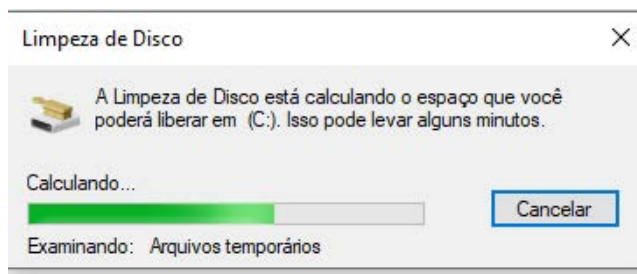
### Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



### Ferramentas do sistema

- A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



- O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.

# SUS E POLÍTICAS DE SAÚDE

## SAÚDE COMO DIREITO SOCIAL E DEVER DO ESTADO

A saúde, no Brasil, é reconhecida como um direito social fundamental e como dever do Estado. Essa afirmação tem base direta na Constituição Federal de 1988, especialmente em dois dispositivos centrais: o artigo 6º, que inclui a saúde entre os direitos sociais, e o artigo 196, que estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. Essa construção jurídica e política representa uma das maiores conquistas da sociedade brasileira no processo de redemocratização do país.

Antes da Constituição de 1988, o acesso à saúde pública no Brasil era limitado e excludente. Em grande parte, os serviços de assistência médica estavam vinculados à previdência social, ou seja, eram destinados principalmente aos trabalhadores formais que contribuam para o sistema previdenciário. Aqueles que não tinham vínculo formal de trabalho dependiam de ações filantrópicas, caridade, serviços municipais precários ou pagamento direto por atendimento privado. Portanto, a saúde não era tratada como um direito universal de cidadania, mas como benefício ligado à condição de trabalhador contribuinte.

Com a Constituição de 1988, esse modelo foi profundamente transformado. A saúde passou a ser compreendida como direito de todas as pessoas, independentemente de renda, emprego, contribuição previdenciária, idade, gênero, território ou condição social. Essa mudança está diretamente relacionada ao movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que defendia uma concepção ampliada de saúde, associada às condições de vida, trabalho, moradia, alimentação, saneamento, educação, renda, lazer, meio ambiente e participação social.

A criação do Sistema Único de Saúde, o SUS, foi o principal instrumento para tornar esse direito possível na prática. O SUS não é apenas uma rede de hospitais, postos de saúde e serviços públicos. Ele é uma política pública de Estado, organizada para garantir acesso universal, integral e igualitário às ações e aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. Por isso, em concursos públicos, é fundamental compreender que o direito à saúde não se resume ao atendimento médico individual. Ele envolve políticas sociais, econômicas, sanitárias, ambientais e educativas voltadas à melhoria das condições de vida da população.

### FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO À SAÚDE

A Constituição Federal de 1988 é o marco jurídico mais importante para a compreensão da saúde como direito social no Brasil. Ela não apenas reconhece a saúde como direito, mas também define as responsabilidades do Estado, as diretrizes do SUS e o papel da sociedade na formulação e fiscalização das políticas públicas.

O artigo 6º da Constituição inclui a saúde no conjunto dos direitos sociais, ao lado da educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Os direitos sociais são aqueles que exigem atuação positiva do Estado. Diferentemente de direitos que dependem apenas da abstenção estatal, os direitos sociais exigem políticas públicas, orçamento, planejamento, serviços, profissionais, infraestrutura e mecanismos de controle.

O artigo 196 é o dispositivo mais cobrado em provas. Ele afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, além do acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Esse artigo revela três ideias centrais.

A primeira é a universalidade. Quando a Constituição afirma que a saúde é “direito de todos”, ela rompe com a lógica seletiva anterior. Não importa se a pessoa contribuiu ou não para a previdência, se é brasileira ou estrangeira residente, se possui emprego formal ou está desempregada. O direito à saúde decorre da condição humana e da cidadania, não da capacidade de pagamento.

A segunda ideia é a responsabilidade do Estado. Ao dizer que a saúde é “dever do Estado”, a Constituição atribui ao poder público a obrigação de organizar políticas, financiar serviços, regular ações, formar profissionais, fiscalizar produtos e garantir acesso à população. Isso não significa que somente o Estado possa prestar serviços de saúde, mas significa que ele é o principal responsável por assegurar que o direito seja efetivado.

A terceira ideia é a concepção ampliada de saúde. O artigo 196 não fala apenas em tratamento de doenças. Ele menciona promoção, proteção e recuperação. Promoção da saúde envolve ações voltadas à melhoria das condições de vida, como alimentação adequada, atividade física, saneamento básico, educação em saúde e ambientes saudáveis. Proteção da saúde envolve ações de prevenção e vigilância, como vacinação, controle de surtos, fiscalização sanitária e prevenção de agravos. Recuperação da saúde refere-se ao cuidado assistencial, ao tratamento, à reabilitação e ao acompanhamento dos usuários.

O artigo 197 também é importante, pois afirma que as ações e serviços de saúde são de relevância pública. Isso quer dizer que, mesmo quando executados por instituições privadas, esses serviços estão sujeitos à regulamentação, fiscalização e controle do Poder Público. A saúde, portanto, não pode ser tratada como uma mercadoria qualquer, pois envolve interesse coletivo, dignidade humana e proteção da vida.

O artigo 198 define as diretrizes do SUS: descentralização, atendimento integral e participação da comunidade. A descentralização significa que a gestão do SUS é compartilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios, com direção única em cada esfera de governo. O atendimento integral significa que o sistema deve considerar o indivíduo em sua totalidade,

## AMOSTRA

articulando ações preventivas e curativas, individuais e coletivas. A participação da comunidade garante que a sociedade possa acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre as políticas de saúde por meio de Conselhos e Conferências de Saúde.

Os artigos 199 e 200 completam essa base constitucional. O artigo 199 permite a participação da iniciativa privada na assistência à saúde, mas de forma complementar ao SUS. Já o artigo 200 apresenta competências do SUS, como controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde; executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica; ordenar a formação de recursos humanos; participar da formulação da política de saneamento básico; fiscalizar alimentos, bebidas e produtos; e colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

### A SAÚDE COMO DIREITO SOCIAL

Compreender a saúde como direito social significa reconhecer que ela depende de condições concretas de vida. Saúde não é apenas ausência de doença. Essa visão mais restrita, muito associada ao modelo biomédico tradicional, foi superada por uma concepção mais ampla, segundo a qual o processo saúde-doença é influenciado por fatores biológicos, sociais, econômicos, culturais, ambientais e políticos.

A Lei nº 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, expressa claramente essa concepção ao afirmar que a saúde tem como determinantes e condicionantes, entre outros fatores, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Isso significa que a saúde de uma população não depende apenas da existência de hospitais e médicos, mas também da forma como a sociedade organiza suas condições de vida.

Por exemplo, uma comunidade sem saneamento básico adequado estará mais exposta a doenças de veiculação hídrica, parasitoses, arboviroses e outros agravos. Uma população de insegurança alimentar terá maior risco de desnutrição, anemia, obesidade, doenças crônicas e sofrimento mental. Trabalhadores submetidos a jornadas exaustivas, ambientes insalubres e vínculos precários podem apresentar maior adoecimento físico e psíquico. Assim, o direito à saúde se conecta diretamente com outros direitos sociais.

Essa é uma característica muito importante para concursos: a saúde é um direito social interdependente. Ela se relaciona com educação, moradia, trabalho, assistência social, previdência, segurança alimentar, meio ambiente e saneamento. Por isso, as políticas públicas de saúde precisam dialogar com outras políticas públicas. Essa articulação é chamada de intersectorialidade.

A dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, também se relaciona diretamente com o direito à saúde. Não há vida digna sem condições mínimas de cuidado, prevenção, assistência e proteção. A saúde é indispensável para o exercício de outros direitos, pois uma pessoa adoecida, sem acesso a tratamento, medicamentos, reabilitação ou acompanhamento adequado, tem sua liberdade, autonomia, capacidade de trabalho, convivência familiar e participação social profundamente afetadas.

Por essa razão, o direito à saúde possui uma dimensão individual e uma dimensão coletiva. Na dimensão individual, envolve o acesso de cada pessoa a consultas, exames, medicamentos,

tratamentos, vacinas, cirurgias, reabilitação e demais cuidados necessários. Na dimensão coletiva, envolve vigilância epidemiológica, vacinação em massa, controle de epidemias, fiscalização sanitária, saúde ambiental, saúde do trabalhador, políticas de promoção da saúde e organização das redes de atenção.

### O DEVER DO ESTADO NA GARANTIA DA SAÚDE

Quando a Constituição afirma que a saúde é dever do Estado, ela estabelece uma obrigação ampla e permanente. Esse dever não se limita a oferecer atendimento quando a pessoa já está doente. O Estado deve atuar antes, durante e depois do adoecimento, organizando políticas públicas capazes de reduzir riscos, prevenir agravos, promover qualidade de vida, tratar doenças e reabilitar pessoas.

Esse dever é cumprido por meio de políticas sociais e econômicas. A expressão é muito importante. A Constituição não diz que a saúde será garantida apenas por serviços médicos. Ela afirma que o direito à saúde depende de políticas sociais e econômicas que reduzam riscos. Isso significa que combater desigualdades, melhorar renda, ampliar saneamento, garantir alimentação adequada, promover educação e proteger o meio ambiente também são formas de proteger a saúde.

No SUS, esse dever é compartilhado entre os três níveis de governo. A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios possuem responsabilidades comuns na garantia do direito à saúde. A União atua principalmente na formulação de políticas nacionais, financiamento, coordenação geral, regulação e apoio técnico. Os estados coordenam regiões de saúde, organizam redes assistenciais e prestam serviços de maior complexidade. Os municípios são responsáveis por grande parte da execução direta das ações e serviços, especialmente na Atenção Primária à Saúde.

A descentralização permite que a política de saúde seja organizada mais próxima da realidade da população. O município, por estar mais próximo do território, consegue identificar necessidades locais, organizar unidades básicas, acompanhar famílias, executar campanhas e articular ações comunitárias. No entanto, a descentralização não significa abandono dos municípios pelos demais entes. O SUS é um sistema interfederativo, que depende de cooperação, pactuação e financiamento conjunto.

Outro ponto essencial é o financiamento. Não existe direito social efetivo sem orçamento público. O financiamento do SUS deve ser suficiente, estável e compatível com as necessidades da população. A Lei Complementar nº 141/2012 regulamenta os valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde pelos entes federativos e estabelece regras de fiscalização, transparência e prestação de contas.

O dever do Estado também envolve regulação da iniciativa privada. Como as ações e serviços de saúde são de relevância pública, hospitais, clínicas, laboratórios, planos de saúde, farmácias, indústrias de medicamentos e outros atores privados estão sujeitos a normas sanitárias e fiscalização. Essa regulação busca proteger a população contra riscos, abusos, práticas inadequadas e violações de direitos.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Enfermeiro Júnior

### ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017 — CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

A ética é um conjunto de normas de condutas inerentes a uma sociedade, e que nas sociedades modernas, a partir da reflexão filosófica, ética ou filosofia moral, o conjunto de normas é racionalizado, isto é, são explicitados os valores e razões da sua validade<sup>1</sup>.

Para instituir valores ou critérios éticos para o estabelecimento de normas morais, podem ser utilizados diferentes fundamentos, em relação à reflexão moderna sobre a ética.

Uma empresa, enquanto instituição social, e, no nosso caso, numa sociedade pluralista e democrática, pode também adotar diferentes critérios para definir seus valores éticos e, conseqüentemente, as normas de conduta que deverão ser respeitadas pelos que nela trabalham. Sua identidade, ou sua imagem, no entanto, depende dos critérios que adota e pratica, o que a tornará confiável ou não no meio social.

O mesmo raciocínio pode ser adotado em relação às pessoas que formam uma empresa, pois elas, enquanto sujeito ético, isto é, enquanto capazes de compreender as normas necessárias para o bom ambiente de trabalho e, conseqüentemente, de assumir voluntariamente uma postura em relação a essa empresa na qual decidiram ou conseguiram trabalhar, também podem, a partir de sua consciência e liberdade, adotar uma postura que não seja condizente com o que delas se espera.

#### POSTURA PROFISSIONAL

A ética profissional está ligada à postura que se espera de um profissional, no exercício de uma determinada tarefa ou profissão. Ou seja, é a conduta que o indivíduo deve observar em sua atividade, no sentido de valorizar a profissão ou atividade laboral e bem servir aos que dela dependem.

Esse aspecto da vida profissional é tão importante que as profissões regulamentadas criam um código de ética profissional, ou seja, um conjunto de normas que deverá ser observado pelas pessoas que exercerem a profissão. O código prevê, inclusive, penalidades para a não observância das normas, que podem culminar com a cassação do direito de exercer a profissão.

Os códigos de ética profissional também são chamados de códigos deontológicos, palavra que deriva do grego *deon*, que significa o que deve ser feito. O código deontológico é o conjunto dos deveres exigidos no exercício de uma determinada profissão, que se expressará em obrigações profissionais, ou seja, o que um profissional deve fazer e o que ele não pode fazer no exercício da profissão.

#### FORMAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL ÉTICO

Em geral, durante o processo de formação profissional, principalmente quando o estudante tem contato com o mundo do trabalho, ele toma conhecimento de que o perfil ético é um dos grandes critérios das empresas para a seleção de profissionais.

Por isso, é de fundamental importância que a escola ou o curso de formação profissional propicie ao candidato a uma nova vaga no mundo do trabalho uma formação sólida na área de ética.

Tal formação, no entanto, não pode se dar somente no nível teórico, mas, sobretudo no nível prático. É na condescendência ou não em relação aos comportamentos antiéticos do estudante, principalmente em relação às pequenas normas que fazem o dia a dia da escola e, por conseguinte, o dia a dia da formação, como por exemplo, a pontualidade, a assiduidade, a responsabilidade em relação aos prazos estabelecidos, o empenho nas tarefas empreendidas, a solidariedade com os colegas, que poderá se estruturar ou não uma base mais sólida de formação moral profissional.

O processo de formação é o momento de o aluno refletir e dialogar com colegas sobre as necessidades do mundo do trabalho.

O profissional ético é uma pessoa com uma formação técnica consolidada, mas, sobretudo, com uma formação moral adequada para exercer uma atividade laboral numa empresa, seja ela grande ou pequena, ou de forma autônoma. A formação técnica também é um dos elementos da formação ética, porque um profissional que se diz preparado, mas que não possui as habilidades necessárias para realizar uma tarefa, na realidade prejudica a si próprio, aos colegas e à empresa que o contratou.

A conduta ética dos profissionais de uma empresa poderá levá-los, por exemplo, a dizer não para um cliente, sempre que for necessário dizer não, mesmo que isso venha a desagradá-lo. Embora uma postura como essa possa fazer parecer que a empresa vai perder clientes ou fornecedores, isso se dará no curto prazo, porque no médio e longo prazo, se as decisões foram acertadas e tomadas a partir de critérios éticos, esses ou outros clientes ou fornecedores tenderão a ver na empresa uma coerência que possibilitará mais segurança e fidelização.

A conduta ética também não inibe a iniciativa e a criatividade dos funcionários. Ao contrário, um profissional ético tem condições de deliberar o que é bom para a organização em que trabalha e propor as inovações que considera importantes.

Em algumas situações, é óbvio que a cultura institucional pode não aceitar a postura do funcionário. Nesse caso, cabe uma avaliação criteriosa, por parte da pessoa que tem critérios éticos no seu agir, se realmente vale a pena trabalhar numa empresa na qual a cultura institucional não prima pela coerência ética.

<sup>1</sup> [http://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/guarapuava/eudcao\\_profissional/etica\\_prof2.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/guarapuava/eudcao_profissional/etica_prof2.pdf)

## AMOSTRA

### A ÉTICA PROFISSIONAL

Os códigos de ética profissional, são normas criteriosamente estabelecidas pelos conselhos profissionais que regulam cada profissão, para que o exercício profissional em uma determinada área se pautar por razões bem definidas.

Em outras palavras, a ética profissional se constitui em princípios básicos que orientam o profissional para o exercício de uma profissão. Define o que ele pode fazer e o que ele não deve fazer.

Alguns desses princípios são comuns à maior parte dos Códigos de Ética Profissional. A seguir, destacamos alguns princípios afirmativos e outros restritivos, relacionados ao que o profissional deve fazer e o que o profissional não pode fazer no exercício da profissão.

A maioria dos códigos de ética determina que um profissional, ao exercer uma profissão, deve:

- primar pela honestidade, entendida como uma conduta exemplar, no sentido de respeitar as normas de trabalho e os valores definidos como positivos em nossa sociedade;
- executar seu trabalho procurando maximizar suas realizações, no sentido da busca constante da excelência. Ou seja, para ser ético, um profissional não pode nunca se acomodar e acreditar que já sabe tudo; ao contrário, deve buscar constantemente aperfeiçoamento de si próprio e da profissão que exerce;
- formar uma consciência profissional, isto é, agir em conformidade com os princípios que a profissão define como os corretos para a atividade que exerce;
- respeitar a dignidade da pessoa humana em si e nas relações que estabelece com colegas, com pessoas que recebem o serviço de sua profissão, etc. Neste princípio está implícita a ideia de que o profissional deve manter um tratamento respeitoso e educado com as pessoas com as quais se relaciona, com colegas de trabalho, com subordinados e superiores hierárquicos;
- ter lealdade profissional, ou seja, honrar a própria profissão ou a instituição na qual exerce a atividade laboral;
- manter sempre segredo profissional em relação a situações, informações e acontecimentos para os quais a atividade profissional exigir sigilo;
- ser discreto no exercício profissional. Por exemplo, a profissão ou situações profissionais não podem ser utilizadas para buscar fama instantânea através de sensacionalismo midiático;
- prestar contas aos superiores. É um dos pilares da ética profissional o dever da pessoa que exerce uma profissão de manter as situações de hierarquia imediata no ambiente de trabalho;
- seguir as normas administrativas da empresa na qual trabalha e principalmente as normas definidas para o exercício profissional.

Por outro lado, alguns comportamentos são considerados antiéticos, de tal forma que os códigos proíbem algumas condutas, entre elas:

- negar-se a colaborar com os colegas nas dependências da empresa para a qual trabalha;
- mentir e semear a discórdia entre os colegas de trabalho;
- utilizar informações privilegiadas conseguidas na atividade laboral para obter vantagens pessoais;
- fazer concorrência desleal, oferecendo seus serviços a preço abaixo do definido na profissão para prejudicar colegas;
- não realizar adequadamente seus serviços profissionais;
- ter conduta egoísta não transmitindo conhecimentos e experiências necessárias para o bom funcionamento do ambiente profissional;
- fazer publicações ou declarações indecorosas e inexatas.

Fazendo uma análise das orientações acima, verifica-se que todas elas têm como “razões” não a simples determinação de uma norma pela norma, mas a orientação do exercício profissional. No sentido de que o profissional, ao realizar sua função, deve primar por uma conduta que tenha como fim o aprimoramento do exercício profissional, a melhoria dos serviços para quem a profissão é destinada e, enfim, a melhoria ou aprimoramento da sociedade como um todo, a quem, em última instância, se destinam os serviços profissionais.

A Ética Profissional está relacionada à postura de uma pessoa, enquanto sujeito ético, isto é, enquanto capaz de compreender as normas necessárias para o bom ambiente de trabalho e, conseqüentemente, capaz de assumir voluntariamente uma postura ética no ambiente de trabalho.

A partir de sua consciência e liberdade, a pessoa poderá adotar uma postura que não seja condizente com o que dela se espera. Nesse caso estará construindo uma imagem profissional difícil de ser revertida.

É muito importante que o profissional tenha consciência do que está fazendo no exercício profissional e que tenha claros os critérios que estão orientando suas atividades laborais.

### ÉTICA PROFISSIONAL NA ENFERMAGEM

Cada profissão requer o seu Código de Ética e, na Enfermagem, este vêm sendo formulado e reformulado com participação da categoria em suas várias instancias representativas, com discussões ampliadas em reuniões abertas a todos os inscritos, nos Conselhos Regionais, encaminhando tais contribuições ao Conselho Federal de Enfermagem (COFEN).

Intencionalmente, o código contém conceitos filosóficos correspondentes ao que a profissão traz como imagem em sua prática na sociedade. O sentido da ética encaminha o código como uma bússola ao enfrentamento de desafios da realidade do trabalho profissional de Enfermagem.

É a ética que consagra valor à vida, e a Enfermagem destina seu trabalho, essencialmente, a este valor. O preâmbulo de um código traz um texto que em breves linhas, posiciona a profissão no mundo dos valores e expõe referenciais de ênfase aos Direitos; Deveres; e inclui Proibições, a fim de orientar os profissionais quanto ao zelo do seu exercício individual e coletivo, em seu compromisso com o bem estar social retratado pelo trabalho que realiza na sociedade.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**EU QUERO SER APROVADO!**

